

Minas Gerais supera meta de cobertura vacinal contra febre aftosa em 2022

Seg 30 janeiro

O índice de cobertura vacinal contra a febre aftosa alcançou 97% em Minas Gerais em 2022. Cerca de 25 milhões de bovinos e bubalinos foram imunizados em todo o estado, superando a meta da campanha realizada durante os meses de novembro e dezembro.

A pedido do setor produtivo, a última etapa de vacinação foi marcada por prorrogações e novos prazos motivados pelo atraso na liberação e distribuição de doses dos imunizantes no mercado. O produtor rural pôde adquirir a vacina e imunizar seu rebanho até 30/12/2022. A data-limite para declarar a vacinação foi em 9/1/2023. A oportunidade de aproveitar o novo prazo para não deixar de cumprir esta importante medida sanitária impactou positivamente a medida, melhorando a capilaridade e a disponibilidade de imunizantes nos estabelecimentos registrados no estado.

Iniciativas do [Governo de Minas](#) envolvendo o compromisso dos produtores rurais, por meio da [Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento \(Seapa\)](#) e sua vinculada [Instituto Mineiro de Agropecuária \(IMA\)](#), garantiram o sucesso da campanha. Agora, o estado está próximo de conquistar o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação, cenário que abrirá mercados para a carne mineira, ampliando parcerias comerciais.

Expectativa

Diretor-geral do IMA, Antônio Carlos de Moraes faz um panorama sobre a última vacinação no estado. "Mesmo sendo a última campanha de imunização contra a febre aftosa em Minas, produtores rurais e parceiros públicos e privados contribuíram para que a vacinação alcançasse um ótimo índice de cobertura, o que demonstra alinhamento entre diversos setores. O reconhecimento nacional e internacional como livre de febre aftosa sem vacinação será uma grande conquista para o agronegócio, pois impactará positivamente todas as cadeias produtivas do setor, além da de bovinos", frisa.

Moraes explica ainda que, ao retirar a vacinação contra a febre aftosa do estado, parceiros comerciais reconhecem a eficiência da defesa sanitária no território, garantindo qualidade e sanidade dos produtos. "Um estado protegido sanitariamente restringe focos e ameaças de doenças, além de favorecer a abertura de mercados para a carne e outros produtos. Estamos entrando em um novo ciclo. Vamos fortalecer ainda mais a parceria com o produtor rural e a iniciativa privada em prol de uma vigilância ativa e passiva mais estruturada", destaca o diretor-geral.

Gerenciamento

O IMA como responsável pelo gerenciamento e fiscalização da campanha junto aos pecuaristas se dedicou muito para que a vacinação ocorresse em todo o estado, acompanhando diariamente os índices de vacinação e identificando problemas relacionados à baixa disponibilidade da vacina em muitos municípios no final do mês de novembro.

Fiscal do IMA, Natanael Lamas Dias informa que este gargalo ocorreu principalmente devido ao baixo interesse das revendas em comprar maiores quantidades de doses de vacina ao final da etapa. “As revendas ficaram com receio de comprar o produto e não poder comercializá-lo posteriormente. Assim, a prorrogação e a comunicação com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan), distribuidoras e revendedoras de vacinas, foram fundamentais para minimizar o entrave e alcançar o índice de vacinação almejado”, argumenta.

Sinergia

Reunião técnica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) com a Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa), realizada no ano passado, confirmou a suspensão gradativa da vacinação em alguns estados, de forma desvinculada do reconhecimento internacional imediato e sem comprometer a condição da zona livre de febre aftosa com vacinação.

Esta estratégia foi adotada em sete estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Espírito Santo, que compõem o Bloco IV e que acordaram em realizar a última vacinação contra a febre aftosa em novembro de 2022.

Dimas explica que Minas Gerais e demais estados citados conseguiram implementar, a contento, ações descritas no Plano Estratégico do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PE-Pnefa) de forma a possibilitar esse importante passo dentro do processo de transição de zona de livre de febre aftosa com vacinação para sem vacinação.

O próximo passo, segundo ele, é cumprir outros quesitos fundamentais para poder pleitear junto à Omsa o novo status almejado.

Um deles é referente ao período anterior e durante a transição, quando é necessária separação física ente os animais vacinados e aqueles de outras populações, susceptíveis à febre aftosa e com status diferente.

Resolvida essa questão, o rebanho finalmente será elegível para entrar formalmente na transição, a fim de obter o status de livre de febre aftosa sem vacinação.

O fiscal esclarece que a nova condição deverá ser reconhecida primeiramente pelo Mapa e depois pela OIE.

O Plano Estratégico do PE- Pnafa tem como objetivo principal criar e manter condições sustentáveis para garantir o status de país livre da febre aftosa, ampliando zonas livres da doença sem vacinação e protegendo o patrimônio pecuário nacional.

Está alinhado com o Código Sanitário para os Animais Terrestres, da Organização Mundial de Saúde Animal (Omsa), e com as diretrizes do Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (Phefa), convergindo com os esforços para a erradicação da doença na América do Sul.

O Pnafa possui diretrizes que levam em consideração os objetivos e metas deste plano.

Entre as quais estão as condições do serviço veterinário oficial e suas relações com o setor privado; os riscos de reintrodução da doença no país; a necessidade de serem fortalecidos os mecanismos de prevenção da doença priorizando áreas identificadas com maiores

vulnerabilidades; os aspectos econômicos envolvidos e a nova caracterização dos sistemas produtivos no país. Um dos objetivos do plano é a substituição gradual da vacinação contra a febre aftosa pelo fortalecimento da vigilância, em todo o território brasileiro, que implica na adoção de diversas ações a serem desenvolvidas em âmbito municipal, estadual e nacional, com o envolvimento do serviço veterinário oficial, setor privado, produtores rurais e agentes políticos.

Dias detalha, ainda, de que forma as ações de vigilância serão fortalecidas após a retirada da vacinação. “Ações como a elaboração de plano de comunicação para fortalecer a vigilância passiva e aumentar o número de notificação de doenças de controle oficial, com ênfase às doenças vesiculares; melhoria de ferramentas para identificar as propriedades de maior risco de introdução e disseminação do vírus da febre aftosa, por meio de vigilância ativa; revisão da legislação que vai abordar claramente a obrigatoriedade de o produtor atualizar seu cadastro pecuário regularmente, a fim de não comprometer o cadastro e controle do trânsito de animais. Também intensificar fiscalização e vigilância no trânsito de animais e realizar a capacitação dos servidores em atendimento a suspeitas de doenças vesiculares e atualizações dos manuais e procedimentos estabelecidos, com o objetivo de fortalecer a vigilância ativa e passiva”, sinaliza.

Nova fase

Ainda não há data prevista para Minas alcançar o novo status sanitário. Porém, Minas Gerais se prepara para uma nova fase de vigilância sanitária para a febre aftosa. A meta é finalizar as ações contempladas no PE-Pnefa e adequar o sistema de vigilância para a doença, fortalecendo as estruturas dos serviços veterinários e consolidando a participação do setor privado.

Os benefícios da retirada da vacinação já são percebidos pelos elos da cadeia produtiva. As estimativas da Seapa apontam uma economia de aproximadamente R\$ 700 milhões por ano, para a pecuária de Minas, considerando os gastos com os imunizantes e com pessoal para aplicação e as perdas na produção de leite, devido à imunização das fêmeas leiteiras.

Nos últimos anos, o compromisso dos pecuaristas nas campanhas de vacinação contra a febre aftosa, aliado às ações em defesa sanitária animal, garantiram índices de vacinação dos bovinos e bubalinos superiores a 95%. Em 2021, Minas Gerais alcançou índice de 97,5% de cobertura vacinal de bovinos e bubalinos.

Em 2022, o Governo de Minas realizou propaganda de incentivo à imunização do gado em rádios, canais de TV e internet. O ator e músico mineiro, Guito, revelado na novela Pantanal, da Rede Globo, participou da campanha pela vacinação e combate à doença.